

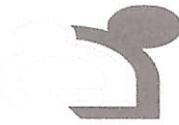


CONSELHO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA

1 ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA
2 COM DEFICIÊNCIA (CMDPCD) DE GUARAREMA REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2025.

3

4 Aos vinte dias do mês de maio de 2025, às dezessete horas e quinze minutos, no Centro
5 de Referência de Assistência Social, situado à Rua Doutor Armindo, nº 300, Bairro
6 Nogueira, Guararema – SP, sob a Presidência da Ilustre Senhora Michele Aparecida da
7 Silva Camargo e com a presença dos seguintes conselheiros, entre titulares e
8 suplentes, **Representantes da Sociedade Civil:** Tânia Monteiro, Eduardo Lamin de
9 Oliveira, Flávia Guimarães Drigala, Maura Batista Cruz; **Representantes do Poder**
10 **Público:** Rafael Augusto Bispo, Viviane Aparecida Rezende e Gilcilene Franco Ceragioli
11 Rodrigues; **Ausências Justificadas:** Larissa Fernandes Franco Pereira, Mariza Gomes
12 Tofanelli e Juliane Satie do Prado Tateishi Cruz; realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do
13 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPCD) de
14 Guararema, com a seguinte pauta, a saber: **1º)** Verificação de quórum e abertura da
15 reunião; **2º)** Deliberação e Aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada em
16 15 de abril de 2025; **3º)** Assuntos diversos. Em atenção ao **item primeiro**, a Sra.
17 Presidente procedeu à verificação de quórum e, constatando a presença do número
18 necessário de conselheiros, declarou a reunião aberta. Na sequência, passou-se à
19 análise do **item segundo** da pauta, referente à deliberação e aprovação da ata da 2ª
20 Reunião Ordinária. Não havendo manifestações contrárias, a ata foi aprovada por
21 unanimidade. Em continuidade, no **item terceiro**, a Sra. Presidente informou que os
22 conselheiros Eduardo, James e ela compareceram ao Centro do Idoso de Guararema
23 para conduzirem uma palestra/roda de conversa com os usuários do serviço, em 23
24 de maio de 2025, e que a ocasião fora bem produtiva. Inicialmente, segundo ela, os
25 idosos apresentaram ideias preconcebidas do Transtorno do Espectro Autista, que
26 foram sendo desconstruídas com o passar das explicações. Reforçou a importância de
27 o Conselho ser uma referência não só na luta pelos direitos das pessoas com
28 deficiência, mas também um propagador de informações sobre a causa. Pontuou,
29 ainda, que o conselheiro Eduardo e ela haviam chegado a pouco do evento
30 *Conecta*, da FEAPAES, na cidade de São José dos Campos – SP, onde se reuniram
31 com membros de outras unidades de APAEs para discutirem assuntos de comum
32 interesse, e reforçou a importância de mobilizações do CMDPCD neste sentido. Ato
33 contínuo, a Sra. Presidente retomou um convite da Secretaria de Desenvolvimento
34 Social e da Longevidade (SEDS), na pessoa da Secretária Adjunta, de que o Conselho
35 fizesse rodas de conversas, ou palestras, também para os usuários dos Serviços de
36 Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, e alegou
37 que esta ação seria mais produtiva se fosse direcionada às equipes dos serviços, visto
38 que os usuários, a depender de seu nível de interesse, poderiam não dar a devida
39 importância para a temática. Aproveitou a oportunidade, também, para salientar que
40 era importante a criação de um calendário de atividades do CMDPCD, onde fossem
41 previstas as atividades anuais para a preparação do Conselho com relativa
42 antecedência. Dando continuidade, a Sra. Presidente mencionou sua participação na
43 Conferência das Cidades, ocorrida no município, em que foram apresentadas
44 propostas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, e pontuou que
45 algumas obras públicas ainda precisavam ser pensadas a partir da perspectiva da
46 acessibilidade, como o novo Teatro Municipal, que citou como exemplo, pensando



**CONSELHO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA**

47 nas adaptações das edificações na perspectiva de considerar este público não só
48 como expectador ou ouvinte, mas também como protagonista. Em continuidade,
49 indicou algumas dificuldades do Poder Público em promover atividades de inclusão,
50 como na pasta do Esporte, considerando a criação de times de esportes coletivos
51 com atletas nos quais se deve combinar faixa etária, nível de desenvolvimento, porte
52 físico e demais características para garantir a equidade nas práticas esportivas.
53 Retomando a proposta de criação do calendário de atividades do CMDPcD, os
54 conselheiros indicaram que o mapeamento de pessoas com deficiência usuárias de
55 serviços da área da Saúde, Educação e da Assistência Social seria de grande
56 proveito, uma vez que, a partir dos dados obtidos, poderiam ser identificadas as
57 necessidades delas e o trabalho do Conselho poderia ser melhor direcionado na
58 perspectiva da garantia de direitos. O conselheiro Rafael, então, disse que as
59 intervenções nos Serviços de Convivência da SEDS poderiam alcançar também os pais
60 e responsáveis dos usuários, e não apenas a equipe. Disse, também, que os outros
61 programas e serviços poderiam ser alvo das palestras e rodas de conversa, como as
62 famílias do Cadastro Único e os usuários do CRAS, por exemplo. Aproveitou a
63 oportunidade para reiterar que estas ações devem atingir toda a população, que
64 acessa outros serviços de Saúde, Educação e de outras pastas, e que caberia ao
65 Conselho indicar a disponibilidade em ofertar palestras e rodas de conversa também
66 nestes espaços, não só para os usuários, mas também para os profissionais que lidam
67 com o público atendido. Em continuidade, os conselheiros indicaram a crescente
68 demanda de usuários vindos de outros municípios por conta da qualidade de vida em
69 Guararema e dos serviços públicos municipais de qualidade, o que exigirá do Poder
70 Público uma adequação na oferta, tanto no aumento de vagas quanto no de
71 profissionais qualificados, especialmente para trabalhar com pessoas com deficiência.
72 Ademais, foi pontuada a necessidade de conscientizar os comerciantes sobre a
73 temática, e propôs-se que fosse criado um protocolo em conjunto com a Associação
74 Comercial do município visando qualificar os profissionais que lidam com atendimento
75 ao público. Os conselheiros sugeriram, também, solicitar ao setor de Comunicação da
76 Prefeitura Municipal de Guararema criar matérias explicando sobre as múltiplas
77 deficiências existentes e os mecanismos de identificação de cada uma, como objetos
78 e símbolos específicos, tais como cordões e carteirinhas, por exemplo. Ato contínuo,
79 debateram sobre a dificuldade de pessoas com deficiência em obter determinados
80 documentos de identificação, como a carteira de estacionamento em sua versão
81 digital, visto que, segundo eles, algumas incompatibilidades de dados tem dificultado
82 a emissão. Outrossim, indicaram que a dificuldade também se estende para pessoas
83 com deficiência que não dirigem, e que precisam ter assegurado seu direito a vagas
84 destinadas a PcDs. Em sequência, os conselheiros decidiram por trazer, na reunião
85 seguinte, sugestões de lugares, equipamentos e serviços onde o Conselho pode
86 realizar intervenções de conscientização sobre a causa para, a partir disto, criar um
87 calendário alinhado às necessidades dos usuários e às campanhas já existentes,
88 considerando os meses restantes de 2025, inicialmente. O conselheiro Rafael, então,
89 informou aos demais que o Departamento de Trânsito estava revendo, junto ao Poder
90 Público, a distribuição de vagas no município, e questionou alguns atores da rede de
91 serviços sobre a disposição de vagas destinadas a públicos prioritários, entre eles, as
92 pessoas com deficiência. Indicou que serão ampliadas estas vagas, e que ele,
93 enquanto representante do CMDPcD, apontou quais locais seriam de melhor proveito



**CONSELHO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA**

94 para as PcDs, considerando espaços como escolas, farmácias, unidades de saúde e
95 outras. A conselheira Tânia questionou o senhor Rafael se a conversa envolveria
96 também assuntos relacionados a embarque e desembarque de veículos de pessoas
97 com deficiência, considerando que alguns locais não possuem sinalização indicando
98 esta possibilidade de maneira clara, o que dificulta o cotidiano de quem possui
99 mobilidade reduzida, ao que ele respondeu ainda não saber sobre, visto que o
100 Departamento de Trânsito não havia explorado a temática com ele. Os conselheiros,
101 perante o questionamento, também concordaram que seria importante uma
102 educação voltada para o olhar atento às necessidades das pessoas com deficiência
103 no trânsito. Não havendo mais nada a tratar, a Sra. Presidente, no uso das atribuições
104 que lhe são conferidas, declarou encerrada a presente reunião às dezoito horas e
105 cinco minutos. E, para os devidos fins legais, lavrou-se a presente ata, que, após lida e
106 aprovada, vai assinada pela Senhora Presidente, pelo Senhor Vice-Presidente, pelo
107 Senhor 1º Secretário e pela Senhora 2ª Secretária.

108

109

110

111

112  **Michele Aparecida da Silva Camargo**

113 Presidente

114

115

116

117 **James Macedo Franco de Souza**

118 1º Secretário

 **Rafael Augusto Bispo**

Vice-Presidente

Viviane Aparecida Rezende

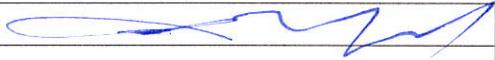
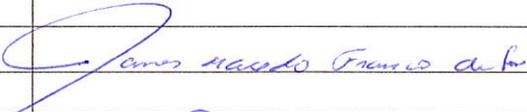
2º Secretária

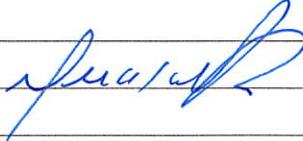
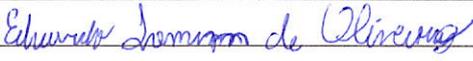


CONSELHO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA

LISTA DE PRESENÇA – 20/05/2025

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA

<u>CONSELHEIROS TITULARES</u>	
NOME	ASSINATURA
Rafael Augusto Bispo	
Paula Oliveira Ferrianci	
Viviane Aparecida Rezende	
Amanda Cristina Chaves Cruz	
Larissa Fernandes Franco Pereira	
James Macedo Franco de Souza	
Tânia Monteiro	
Michele Aparecida da Silva Camargo	
Irani Lima Horn	
Juliane Satie do Prado Tateishi Cruz	

<u>CONSELHEIROS SUPLENTE</u>	
NOME	ASSINATURA
João Carlos dos Santos Silva	
Gilcilene Franco Ceragioli Rodrigues	
Karla Regina Duarte Ruiz	
Eduardo Theodoro Sanches Silva	
Maurício Riuji Matsumoto	
Edilaine Rodrigues Bailer	
Mariza Gomes Toffanelli	
Eduardo Lamim de Oliveira	
Flávia Guimarães Drigala	
Maura Batista Cruz	